

Inquérito Civil n. 06.2019.00001289-2

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça em exercício na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas e o **Senhor JOSÉ JOÃO KLEMPOUZ**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon, n. 126, centro, em Canoinhas/SC, contando ainda com a presença da Tenente **GETER CRISTHIANE DAL FARRA DA SILVA**, responsável pelo Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Canoinhas, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00001289-2, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis (artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil instituiu Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (Preâmbulo da Constituição da República);

CONSIDERANDO o conteúdo do artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 129, inciso II, da mesma Carta Constitucional, que atribui ao Ministério Público a função institucional de

zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa judicial e extrajudicial dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor, conforme interpretação conjugada dos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 1º, inciso II, e artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º a saúde e segurança como direitos sociais;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz como princípio fundamental da atividade econômica a defesa do consumidor (artigo 170, inciso V);

CONSIDERANDO que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança contra incêndios em edificações;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n. 13.425/2017, da Lei Estadual n. 16.157/2013 e do Decreto-Lei Estadual n. 1.957/2013 que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o Ofício n. 1549-2018-9 BPM, do Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas dando conta que a edificação não apresentou projeto preventiva contra incêndio atualizado, sendo que as ações adotadas na esfera administrativa não surtiram resultados;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação da edificação da Cooperativa dos Produtores de Mate de Canoinhas, no que se refere ao cumprimento das normas de segurança e prevenção contra incêndio da edificação.

2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER (JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR) – COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE DE CANOINHAS

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar junto ao Corpo de Bombeiros Militar o projeto preventivo contra incêndio devidamente atualizado e corrigido até o dia 12 de maio de 2019 e, caso seja necessária nova alteração, compromete-se a realiza-la em até 20 (vinte) dias úteis;

Cláusula 3ª: Com a aprovação do projeto preventivo contra incêndio pelo Corpo de Bombeiros Militar, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a executar integralmente o projeto aprovado no prazo de 7 meses;

Cláusula 4ª: Após a execução integral das adequações elencadas no projeto preventivo contra incêndio, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a solicitar vistoria para Habite-se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, devendo comprovar a solicitação documentalmente ao Ministério Público;

Cláusula 5ª: Após a vistoria mencionada na Cláusula 4ª, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar o Habite-se, no prazo de 5 (cinco)

dias úteis após a emissão;

Cláusula 6ª: Cumprida a Cláusula 2ª deste acordo, o **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR** compromete-se a informar esta Promotoria a aprovação ou não do projeto; cumpridos os itens descritos nas Cláusulas 3ª, 4ª e 5ª, o **COMPROMISSÁRIO** se compromete a encaminhar ao Ministério Público, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, documentos comprobatórios do cumprimento integral de referidas Cláusulas.

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – CORPO DE BOMBEIROS

Cláusula 7ª: O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ficará a cargo da fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado pela COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE DE CANOINHAS estando ciente, inclusive, da obrigação de, ao final, expedir o competente habite-se, caso regularizada a edificação.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 8ª: No caso de descumprimento das cláusulas 2ª a 6ª, o **COMPROMISSÁRIO COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE DE CANOINHAS** fica obrigado ao pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada uma das cláusulas, revertendo tal valor ao Fundo de Reparação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

4 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Cláusula 9ª: O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE DE CANOINHAS** em relação ao objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), caso

venha a ser integralmente cumprido.

§ 1º. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

§ 2º. A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

5 DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO:

Cláusula 10ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 11ª: As partes elegem o foro da Comarca de Canoinhas/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

Cláusula 12ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, assim como a data para contagem dos prazos nele estabelecidos.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o §3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n.

395/2018/PGJ.

Canoinhas, 29 de março de 2019.

[assinado digitalmente]

MARIANA PAGNAN SILVA DE FARIA
Promotora de Justiça

JOSÉ JOÃO KLEMPOUZ
Compromissário

GETER CRISTHIANE DAL FARRA DA SILVA
Tenente do Corpo de Bombeiros